

MÁRCIA PINHEIRO

“O partido me quer como senadora”

Pré-candidata do PV ao Senado Federal, a primeira-dama de Cuiabá, Márcia Pinheiro, disse na quinta-feira (30) que seu partido quer uma candidatura própria a senatoria nas eleições deste ano e, por isso, dificilmente aceitará cargo de suplência em uma possível chapa encabeçada pelo deputado federal Neri Geller (PP). “Se o partido me quer

como senadora, com certeza não vai me colocar como suplente dele, mas acho que está cedo ainda. Tem muita água para rolar, muita coisa para acontecer. Espero que a decisão seja a melhor para Mato Grosso, pois o estado precisa de pessoas comprometidas”

PÁG. 3



Gilberto Leite



Gilberto Leite

Preço do leite disparar, mas está ruim pra produtor e consumidor

Os consumidores têm se surpreendido com o preço do leite nos mercados, que já chega a ser vendido por até R\$ 10 em alguns estabelecimentos. O aumento é refletido na pesquisa mais recente do Instituto de Pesquisa da Fecomércio (IPF-MT), que aponta o leite como um dos vilões da inflação da cesta básica em junho, com alta de 5,3% somente na última semana. O produtor de leite também vê com surpresa os aumentos chegando nas gôndolas dos supermercados, com mais de 50% de acréscimo

PÁG. 8



Gilberto Leite

Gallo garante RGA integral em 2023

O secretário-chefe da Casa Civil, Rogério Gallo, disse que o Governo do Estado vai usar apenas o percentual relativo à apuração da inflação deste ano como base para conceder a Revisão Geral Anual (RGA) aos servidores públicos no próximo ano. Ele descartou conceder uma revisão maior, como vem sendo debatido na Assembleia Legislativa. Segundo ele, existem legislações que impedem o Executivo de conceder esses reajustes. “2018, tem decisão do Tribunal de Contas, não podemos descumprir. E dos outros anos, nós temos a Lei da Pandemia, que veda”, disse o secretário

PÁG. 3

Geller avalia aliança com a esquerda

Pré-candidato ao Senado, o deputado federal Neri Geller (PP) comentou que tem ampliado as discussões com lideranças do Partido dos Trabalhadores (PT) para um possível apoio ao seu projeto político para as eleições deste ano. Com a aproximação do governador Mauro Mendes (União) ao senador Wellington Fagundes (PL), que deve ir à reeleição, Neri tem buscado outros grupos para sustentar seu projeto. Ele disse que esteve reunido com a presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann, e tratou sobre o assunto

PÁG. 5

Cuiabá é uma das capitais mais perigosas para as mulheres

Cuiabá é uma das capitais mais perigosas do Brasil para quem é mulher. Segundo dados do Anuário Estatístico da Segurança Pública 2022, a capital de Mato Grosso é a segunda com maior percentual de casos de violência doméstica, com 461,3 casos a cada grupo de 100 mil habitantes. Além disso, Cuiabá aparece em terceiro lugar entre as capitais com maior incidência de casos de estupro. Divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os dados mostram que Porto Velho, em Rondônia, é a capital com maior percentual de casos de violência doméstica. A taxa de casos lá é de 464,3 para cada 100 mil habitantes. No país, a taxa média é de 172,3 casos

PÁG. 6



Gilberto Leite

Aumento no preço da cerveja tende a subir a partir de agosto



Gilberto Leite

Os consumidores mato-grossenses deverão sentir um aumento no preço da cerveja nas próximas semanas, conforme informações de representantes de supermercados e de bares e restaurantes. O tamanho desse aumento ainda não foi confirmado, mas informações preliminares já dão uma dimensão do que vem pela frente. Segundo a CervBrasil, associação que representa algumas cervejarias nacionais, os custos de produção tiveram alta de 23%, em média, enquanto a receita das cervejarias cresceu apenas 11%. Lorenna Bezerra, presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Seccional de Mato Grosso (Abrasel/MT), lembra que o aumento já havia sido anunciado no início do ano. Portanto, bares e restaurantes já esperavam a elevação dos preços das bebidas

PÁG. 7

Mauro Mendes critica 'pacote de bondades'

PÁG. 3

EDITORIAL

A Deus dará

A fome avança cada vez mais rápido no Brasil e hoje atinge um patamar comparável à década de 1990, consolidando três décadas de retrocesso no combate a esse flagelo. Conforme os dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19, cerca de 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer no Brasil, quase o dobro do que foi constatado pela primeira edição da pesquisa. De um ano para o outro, mais de 14 milhões de

pessoas passaram a viver sem ter o que comer.

Atualmente, mais de 15% da população brasileira enfrenta a fome. Já o percentual de pessoas que convive com a insegurança alimentar saltou para 58,7%, o que representa 125,2 milhões de brasileiros com alguma dificuldade para conseguir manter sua alimentação. A crise econômica causada pela pandemia de covid-19 é responsável pelo avanço da fome no Brasil, mas não é a única explicação.

É importante destacar que a pesquisa ainda não captou os impactos da guerra na Ucrânia, que levou os preços dos alimentos às alturas em todo o mundo.

A dor da fome que aflige esses milhões de brasileiros não é resultado apenas da pandemia de covid-19 ou guerra ucraniana. É resultado da política econômica do atual governo, que ignora a parcela mais pobre da população e desmanchou a maioria dos programas sociais que ajudavam a combater a fome, por razões puramente ideológicas.

Diante da inflação descontrolada, a solução de Bol-

sonaro para aliviar a fome no Brasil é pedir que o setor alimentício reduza seus lucros. Mais um esforço para empurrar para outras pessoas o resultado do fracasso de sua gestão. Aliás é a segunda vez que faz isso. Em 2020, Bolsonaro também foi pedir aos supermercados que lucrassem menos, devido ao aumento dos preços dos alimentos no primeiro ano da pandemia.

Desde 2017 têm soado alertas de que o aumento da desigualdade social, atrelado ao crescimento do desemprego e os cortes em programas sociais iriam resultar em um avanço significativo da fome e

Novo ICMS

Vivaldo Lopes (*)

Estados e municípios enfrentarão sérias dificuldades para administrar os danos causados pela lei nacional que reduziu para 17% e 18% as alíquotas do ICMS de energia elétrica, combustíveis, transportes coletivos e telecomunicações.

Aprovada às pressas pelo Congresso Nacional e sancionada rapidamente pelo presidente Jair Bolsonaro, entrou em vigor imediatamente.

Os governadores de São Paulo e Goiás adaptaram as regras do tributo em seus estados e as novas alíquotas passaram a vigorar nesta semana. Doze estados entraram com ação no Supremo Tribunal Federal questionando a constitucionalidade da nova legislação. As perdas de receitas são estimadas em R\$ 115 bilhões, dos quais R\$ 27 seriam dos municípios, conforme determina a Constituição Federal.

Utilizada como principal estratégia do congresso nacional e governo federal para reduzir os preços dos combustíveis, a brusca redução das alíquotas do principal tributo estadual vai causar expressivos perdas nas receitas dos estados e municípios, principalmente a partir de 2023, colocando governadores e prefeitos sob forte pressão

dos consumidores/eleitores que, ao mesmo tempo querem preços menores dos produtos e serviços e exigem serviços públicos de boa qualidade.

Considero saudável para o ambiente de negócios e para os consumidores, reduzir a tributação sobre o consumo e o alinhamento de alíquotas do ICMS. Evita situações esdrúxulas, como um estado praticar alíquota de 35% sobre a gasolina e outro 17%.

São restritas as alternativas disponíveis para os estados compensarem as perdas. Aumentar a tributação de impostos estaduais como IPVA (sobre veículos) e ITCMD (sobre heranças e doações) produzem parcos efeitos práticos e encontrarão fortes reações por parte da sociedade e dos legislativos estaduais. Retirar ou reduzir benefícios fiscais é medida que, além da quebra da segurança jurídica, certamente enfrentará forte resistência do universo empresarial.

Estados e municípios tiveram expressivos ganhos de arrecadação em 2020 e 2021, impulsionados pela inflação. O ICMS é cobrado sobre o preço final de venda. Como os preços de serviços e mercadorias tiveram fortes altas nos dois últimos anos, puxaram os aumentos da arrecadação desse tributo. Acrescente-se a isso o conjunto de medidas financeiras de apoio a estados

e municípios para enfrentamento dos estragos causados pela pandemia da covid-19. Aprovadas pelo congresso nacional e executadas pela administração federal, as medidas contemplos repasses de recursos federais diretamente aos cofres estaduais e municipais, proibiu aumentos salariais e contratação de pessoal até o final de 2021. Além da suspensão de pagamento de dívidas que estados e municípios tivessem com a União. Essas medidas geraram superávits nas contas dessas unidades subnacionais. Esse colchão de liquidez, no entanto, ajudará a compensar as perdas de receitas apenas neste ano. A partir de 2023 não mais contarão com os ganhos sucessivos de arrecadação e ainda terão suprimida fatia considerável de sua maior fonte de receita. Ademais, em 2023, estados e municípios enfrentarão aumentos de despesas derivadas de leis nacionais que elevaram pisos salariais de professores e profissionais da área de saúde. Terão, ainda, que lidar com a pressão por reajustes salariais por parte dos servidores públicos.

Em Mato Grosso os danos serão menores pois a administração estadual já reduziu as alíquotas desses bens e serviços para 17% ou menos. Exceto a gasolina que tem alíquota de 23%. A secretaria estadual

de Fazenda estima a queda de arrecadação do ICMS em R\$ 1 bilhão, dos quais R\$ 250 milhões seriam dos municípios. Assim, a perda para o tesouro estadual será de R\$ 750 milhões.

Entendo que os aumentos de arrecadação verificados em 2020, 2021 e nos seis primeiros meses de 2022 geraram folga de caixa suficiente para administração estadual fazer a travessia para o novo cenário de queda de receita sem grandes traumas em 2022. O bom ritmo de crescimento do PIB estadual também ajudará a recuperar parte das perdas.

Todavia, a partir de 2023, o governo estadual precisará tomar novas medidas austeras para adequação das despesas à nova realidade, de forma que não haja precarização dos serviços públicos, especialmente aqueles mais essenciais e mais utilizados pelas classes de rendas menores.

VIVALDO LOPES, economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia. É pós-graduado em MBA-Gestão Financeira Empresarial pela FIA/USP. E-mail: vivaldo@uol.com



Ergonomia

Jandira Pedrollo (*)

A palavra "Ergonomia" pode soar estranha, mas seu significado é fundamental ao dia a dia de todos. Deriva do grego onde "ergos" significa trabalho e "nomos", normas, trata do relacionamento entre o ser humano e suas condições laborais.

Segundo o dicionário Michaelis é: "1 Estudo científico da engenharia industrial, em conjunto com anatomistas, fisiologistas e psicólogos, para estudar a relação do homem com as máquinas em seu ambiente de trabalho. ..." 2 Adequação da tecnologia, da arquitetura e do desenho industrial em benefício do trabalhador e de suas condições ideais de trabalho.

Sobre o assunto há inclusive Norma Regulamentadora (NR 17) do Ministério do Trabalho que versa sobre a questão, porém trata da ergonomia no referente à segurança e Medicina do Trabalho.

Apesar da definição focar no ambiente de trabalho os resultados dos estudos vão além, são aplicados nos demais ambientes

da atividade humana. O que me levou a escrever esse artigo é o (des)conforto nas salas de espera dos laboratórios e consultórios médicos.

O mobiliário não proporciona a acomodação adequada para que o paciente aguarde por horas o atendimento. A impressão que se tem é que os modelos das poltronas não são para o arquétipo brasileiro, e sim, europeu. Penso que o projeto do mobiliário foi copiado ou importado de países onde a estatura da população é bem mais avantajada que a nossa.

Após os transtornos e reclamações (em vão) às recepcionistas para que sejam repassadas aos responsáveis, comecei a tentar entender o problema, e assim pesquisei na internet qual é a estatura média do brasileiro. Eis a surpresa, há grande diferença entre a estatura feminina e a masculina, portanto, deveria haver poltronas com alturas diferenciadas.

Segundo matéria publicada no site da Associação Brasileira de Nutrição, com base no IBGE (2010) a altura mediana do homem

brasileiro, na faixa etária de 20 a 24 anos, é 1,73 m e, das mulheres, de 1,61m. De acordo com matéria publicada na revista Veja (26 jul 2016) "Brasileiro cresceu, mas continua com estatura baixa", a população cresceu 8,6cm, mas ainda possui baixa estatura em relação às outras nacionalidades.

É o que isso significa? Significa que a população de idosos tem estatura mediana menor que esses 1,73m e 1,61m para a população masculina e feminina respectivamente.

Eu, no "alto" dos meus 1,58m sofro muito quando frequento consultórios médicos. Já tentei usar calçados com plataforma na tentativa de minimizar o desconforto. De nada adianta saltos se as coxas acompanham a proporção das pernas e não nos proporciona que alcancemos o encosto da poltrona.

Comecei a observar que a maioria dos homens se acomodavam confortavelmente, ao passo que a grande maioria das mulheres não encontravam posição para acomodar seus pés no chão ao mesmo tempo que a coluna no encosto da poltrona.

Então peço atenção principalmente à população idosa e às crianças que, já que somos obrigados a esperar por horas para sermos atendidos, que ao menos tenhamos conforto.

Esse é um convite à reflexão aos profissionais que trabalham com o desenho de mobiliário e mesmo com a escolha desse para salas de espera, que observem os padrões da população usuária, e assim sigam os conceitos de ergonomia.

Que observem a diversidade da população, os 12cm entre a estatura mediana masculina e a feminina fazem grande diferença no conforto do usuário.

E o principal, que o mobiliário seja dimensionado de acordo com os padrões da população brasileira uma vez que não há globalização (generalização) na estatura da população.

JANDIRA MARIA PEDROLLO é arquiteta e urbanista.



Carta para uma criança

Rosana Leite (*)

Querida criança, o Brasil lhe deve desculpas. Sim, nasceu no século XXI, quando muitos direitos humanos já haviam sido conquistados. Todavia, é visto que a efetivação dos direitos já alcançados não é uma realidade para todas, todos e todes.

Veja bem. Nasci na década de 70, ano de 1973, quando a ditadura militar fazia às vezes no país. Ouvi, quando menina, que mulheres deviam tomar todo cuidado para andar nas ruas, não usar roupas que viessem a 'provocar' os homens, pois eles, diziam, 'tem instintos' difíceis de controlar. Confesso: nunca aceitei calada e pacifi-

camente por isso. Como assim? Estudo da mesma forma e ajudo a mamãe em casa, qual a real diferença entre homens e mulheres? E mais: convivi com uma mãe dinâmica. Qual a diferença dela para o meu pai? Não enxergava.

Com o passar do tempo e um pouco de estudo, tudo começava a ficar mais evidente. A história não foi bacana e nem correta com as mulheres. Mártires, sempre homens, eram exaltados. Onde estavam as mulheres? Sim, encontravam-se esquecidas e relegadas ao recanto materno e do lar. Qual seria o motivo, se o meu exemplo era de avós, mãe e tias que desempenhavam inúmeras funções e mais um pouco?

Elas lutaram em busca do direito ao voto, ao corpo, ao trabalho, direitos sociais, e por aí afora. Ao voto elas conseguiram, mas, é imensa a dificuldade em serem votadas. As mulheres são maioria, porém, os cargos de mandatos eletivos raros para elas. Os direitos sociais delas são amenizados, pois a maternidade para muitas é um terreno solitário. O trabalho, com muito esforço, elas conseguem alcançar. Entretanto, quanto ao trabalho fora de casa, os cargos de direção, na maioria esmagadora, são deles, dos homens.

E o corpo da mulher, a quem pertence? A ela, claro. Cada qual tem o seu corpo, que é a definição, a sua roupa. Nós, mulheres, sempre passamos por aborrecimentos quando o nosso corpo é a questão. Questão mesmo, pois, o nosso corpo é, e sempre foi, objeto de discussão, tema, tese, onde quem menos opina é a dona, a proprietária.

Existe em tramitação um projeto de lei que se chama 'Estatuto do Nascituro', que em sendo aprovado, retirará do Código Penal Brasileiro o aborto legal. Sim, mulheres que engravidarem em razão de estupro serão proibidas de realizar o abortamento, inclusive, com a possibilidade de terem que conviver com o estupro.

Querida criança, a qual peço perdão novamente, o aborto legal passou a ser realidade no país no ano de 1940, como uma política pública afirmativa, a causar o menor sofrimento possível na mulher vítima. Eis uma forma de reconhecimento dos direitos humanos das mulheres.

Se são elas quem ficam grávidas, se foram forçadas criminosamente, ou seja, através de estupro, nada mais justo que tentar apagar o grande sofrimento.

Pois bem. O que você passou é uma injustiça muito grande! Lamentável! Buscaste por seu direito, o direito máximo à dignidade, de quem com pouca idade que tenha provado o

gosto amargo da dor em todos os sentidos.

O seu direito foi negado, infelizmente. Se posso lhe confortar, se é que isso pode ser possível, tenho que lhe contar que muitas meninas e mulheres possuem direitos já conquistados negados, dia após dia. Conquistamos muitos direitos com os variados movimentos de mulheres, querida. Precisamos, sempre, lutar para que sejam cumpridos, como merecemos.

Sabe, às vezes penso: é um presente a gravidez quando desejada. Mas, o aborto legal só é de difícil realização, principalmente em países que misturam política com religião, porque os homens não engravidam. Há alguma dúvida nisso?

Você, criança, menina, teve o seu direito recusado pelo sistema de saúde e pela justiça. E mais, o governo federal criticou a decisão proferida pela desembargadora que determinou o procedimento. Onde estamos? O que mais falta acontecer?

Na verdade, eu que sou mãe, gostaria de estar falando de flores, livros, poesias e versos a você. No entanto, não foi o que você recebeu do país onde mora. Preferi mandar a real, com os mais sinceros pedidos de perdão.

Você agiu corretamente, não há qualquer dúvida. A maioria da sociedade brasileira apoiou e se solidarizou contigo. É uma tristeza que tenha passado por isso, sendo vítima muitas vezes, até que garantisse o que lhe é de direito.

Espero que em seu recomeço jamais passe por outras injustiças.

Daquela que, também, por ser mulher, já sofreu...

ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS é defensora pública estadual.



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

ELEIÇÕES 2022

Primeira-dama de Cuiabá destaca que o PV quer ter uma candidatura própria ao Senado, mas afirma estar disposta a agir 'como soldado do partido'

Márcia acha difícil ser suplente

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed Cuiabá

Da redação

Pré-candidata do PV ao Senado Federal, a primeira-dama de Cuiabá, Márcia Pinheiro, disse na quinta-feira (30) que seu partido quer uma candidatura própria a senatoria nas eleições deste ano e, por isso, dificilmente aceitará cargo de suplência em uma possível chapa encabeçada pelo deputado federal Neri Geller (PP), que também projeta concorrer à vaga.

Geller tem se aproximado de lideranças nacionais do PT, partido que faz parte da federação Brasil da Es-

perança - que também tem o PV e PCdoB -, com objetivo de trazer a federação para seu arco de aliança, principalmente após a aproximação do governador Mauro Mendes (União) com o senador Wellington Fagundes (PL), que deve ir à reeleição.

"Se o partido me quer como senadora, com certeza não vai me colocar como suplente dele, mas acho que está cedo ainda. Tem muita água para rolar, muita coisa para acontecer. Espero que a decisão seja a melhor para Mato Grosso, pois o estado precisa de pessoas comprometidas", disse Márcia, em coletiva de imprensa.

Foi o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), quem confirmou nesta semana que havia uma articulação em andamento para que Márcia fosse lançada na primeira suplência da chapa de Neri Geller.



"Se o partido me quer como senadora, com certeza não vai me colocar como suplente", disse Márcia

A primeira-dama disse que não exclui completamente essa possibilidade, que ainda precisa ser debatida

internamente no partido e na federação.

"Eu posso ser, como não posso ser. Não tem nada assim: 'ah,

a Márcia quer! A Márcia não quer'. Eu sou um soldado do partido, então vai depender das conversações daqui

pra frente. Fico feliz de estar sendo lembrada, convocada, de estar sendo convidada, isso me satisfaz bastante. Isso é fruto do nosso trabalho e do nosso comprometimento com Cuiabá. É o partido que vai decidir e, logicamente, eu", destacou.

Ela ainda comentou que neste momento não está preocupada com questões eleitorais, mas sim nas ações sociais que comanda na capital. Márcia falou que as discussões feitas pelo seu partido são levadas a ela, que irá analisar antes de decidir sobre projeto político.

"Como disse pra vocês, no PV, sou soldado do partido, mas minha preocupação hoje são os programas sociais. São os programas que a gente quer cada vez mais levar para Cuiabá, quer cada vez mais ajudar as pessoas. Minha preocupação neste momento é isso", concluiu.

SEM MÁ-FÉ

O Ministro do TSE anula cassação de Carlos Bezerra

Da redação

O ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Mauro Campbell Marques, decidiu reformar integralmente o acórdão do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) que cassou o mandato do deputado federal Carlos Bezerra (MDB) por arrecadação e gastos ilícitos de recursos. A decisão foi proferida na quarta-feira, 29 de junho.

O ministro deu seguimento aos recursos apresentados pelo parlamentar e pelo diretório do MDB em

Mato Grosso, acompanhando o entendimento da Procuradoria-Geral Eleitoral, que manifestou pelo provimento dos recursos por entender que "não se apresentou, na espécie, a prova robusta da má fé em gastos configuradores de atos suficientemente graves para contundir o bem juridicamente tutelado na legislação".

Na decisão, o ministro analisou cada tópico de cada irregularidade apontada pelo Tribunal Regional. Em relação à aquisição de combustíveis, Campbell seguiu a análise da PGE de que

as supostas irregularidades não se apresentaram nos autos. Ele cita que a despesa foi declarada pelo candidato, que indicou a utilização do fundo especial de financiamento de campanha (FEFC) como fonte de custeio.

Sobre a omissão de gastos com publicidade no valor de R\$ 92,2 mil, o ministro cita que os documentos que constam nos autos demonstram que trata de gastos com publicidade conjunta em favor de Bezerra e outros candidatos na eleição de 2018, como o governador Mauro Mendes,

Carlos Fávaro e Jayme Campos (senadores) e outros postulantes a deputados federais e estaduais.

"Vale ressaltar que a despesa foi submetida ao controle da Justiça Eleitoral, uma vez que declarada na prestação

de contas do partido, tendo sido ali discriminado o beneficiário da propaganda [...]. Ou seja, trata-se de gastos com material gráfico para publicidade conjunta de diversos candidatos do MDB, os quais foram registra-

dos na contabilidade apresentada pelo partido, que os custeou", diz trecho da decisão.

Além de reformar a decisão, o ministro ainda julgou improcedente a representação do Ministério Público Eleitoral contra Bezerra.

MEDIDA ELEITOREIRA

Mauro critica 'pacote de bondades'

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) criticou a aprovação, pelo Senado Federal, do 'pacotão de bondades' que prevê aumento no valor do Auxílio Brasil e 'bolsa diesel' para os caminhoneiros, entre outros benefícios. Em conversa com jornalistas nesta sexta-feira, 1º de julho, Mauro afirmou que se trata de uma medida eleitoreira, que pode comprometer a segurança fiscal do Brasil.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) aprovada pelo Senado na noite de quinta, 30 de junho, cria um pacote social com custo de R\$ 41,2 bilhões até o final deste ano. O texto foi proposto inicialmente pelo senador Carlos Fávaro (PSD-MT) e acabou sendo 'turbinado' nas últimas semanas por aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL), em uma tentativa de ampliar as chances de reeleição do mandatário.

"Eu sempre critiquei e vou continuar criticando medidas eleitoreiras, sem planejamento, sem lastro na capacidade real, numa política pública de médio e longo prazo. O governo federal

hoje não consegue fazer nada de investimento, o DNIT tem o menor orçamento de sua história, a BR-163 lá pra cima chegou aos frangalhos por falta de manutenção. Então, é muito ruim você ver um governo federal, nas vésperas de eleição, não só o Executivo, mas todo o Congresso Nacional, pensando num jeito de ganhar um votinho. Isso é muito ruim, isso quebra a sociedade brasileira. Quebra o nosso país, o nosso Estado", disse Mauro.

O texto aprovado pelo Senado prevê a ampliação do programa Auxílio Brasil, com a inclusão permanente de mais 1,6 milhão de pessoas. Além disso, o valor repassado mensalmente sobe, até dezembro deste ano, de R\$ 400 para R\$ 600. O pacote também dobra o valor do programa Auxílio Gás.

Também foi criado um voucher para os caminhoneiros autônomos, no valor de R\$ 1 mil por mês, para compensar o aumento das despesas com o diesel. Por fim, a PEC assegura o repasse aos municípios de R\$ 2,5 bilhões para subsidiar o aumento do custo

no transporte coletivo e a desoneração da produção do etanol.

Na avaliação de Mauro, essas medidas deveriam ter sido traçadas ainda em 2021, com responsabilidade e dentro da realidade orçamentária do governo federal, pois o problema com os preços dos combustíveis e do gás já era percebido naquela época.

"Se ele tivesse feito esse planejamento lá atrás, em 2021, e aprovado para este ano, eu não estaria fazendo essa fala. Agora, de última hora, três meses antes da eleição, é achar que o povo é bobo também. E o povo não é bobo. Hoje em dia, o cidadão eleitor tá muito esperto, muito mais do que muitos políticos que tem naquele Congresso Nacional", concluiu.

O texto aprovado pelo Senado ainda precisa ser votado pela Câmara Federal. Como se trata de uma PEC, não há necessidade de passar pela sanção do presidente. Entretanto, a medida ainda pode ser contestada, pois cria e amplia programas sociais em ano eleitoral, o que é proibido pela legislação brasileira.

ITAIPAVA 100% MALTE APRESENTA

54ª EXPOAGRO

04 A 09 DE JULHO

PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE CUIABÁ

TER. 05/07 SORAYA MORAES
QUA. 06/07 BRENO REIS + RENATA PRADO
QUI. 07/JULHO ABERTURA RODEIO ZÉ FELIPE
SEX. 08/JULHO DILSINHO + SORRISO MAROTO
SÁB. 09/JULHO HENRIQUE & JULIANO

ADQUIRA SEU INGRESSO [ingressos.musiva.com.br](https://www.ingressos.musiva.com.br)

MUSIVA DITADO PRODUÇÕES & EVENTOS SINDICATO RURAL DE CUIABÁ CUIABÁ PREFEITURA ALMT Assembleia Legislativa FAMATO SENAR Mato Grosso Sicredi

SONEGAÇÃO FISCAL

Decisão atende pedido da Febraban, que apontou cerceamento à defesa; em resposta, Chico 2000 anuncia nova investigação com mesmo objetivo

Justiça suspende CPI da Câmara

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

A Justiça determinou a suspensão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Sonegação Tributária, que foi instaurada em maio deste ano na Câmara Municipal de Cuiabá. O objetivo era investigar as instituições financeiras do município que, segundo a comissão, estariam recolhendo tributos para o tesouro cuiabano muito abaixo de suas potencialidades.

A decisão atende a um pedido feito pela

Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que ingressou com um mandado de segurança alegando que as informações que constam no requerimento de abertura da CPI são "extremamente vagas e amplas", sem fato determinado para investigação.

Além disso, a Febraban afirma que a abertura da CPI da forma como foi feita viola direitos fundamentais, ao "cercear a ampla defesa e desrespeitar o devido processo legal".

Na decisão, o juiz da 2ª Especializada da Fazenda Pública, Marcio Aparecido Guedes, destacou que a resolução de abertura dos trabalhos da comissão não apresenta quais tributos que estariam supostamente sendo sonegados e nem cita quais os fatos geradores, bases de cálculo

ou alíquota que indicariam a sonegação de tais tributos.

"[...] destaco que não há impedimento à instauração de CPI para apuração de diversos fatos, contudo, exige-se que cada um deles seja determinado, o que, a meu ver não restou evidenciado no presente caso, ante a inexistência de indicação de quais ilegalidades deveriam ser apuradas pela referida CPI", diz trecho da decisão.

NOVA CPI - Durante a sessão ordinária de terça-feira, 28 de junho, o relator da comissão, vereador Chico 2000 (PL), disse que os membros foram surpreendidos com a decisão judicial, mas acataram a decisão e, com isso, arquivaram as investigações.

No entanto, o parlamentar apresentou um novo requerimento para

abertura da CPI com a mesma temática, desta vez com o objeto mais definido.

"Estamos aqui apresentando novo requerimento cujo objeto não terá mais vício, segundo os olhos da Febraban. Diz assim: requer instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigação dos indícios de sonegação fiscal quanto ao tributo ISSQN [...] por parte das instituições financeiras, arrendadoras mercantis, processadoras de cartões e administradoras de cartões que atuam dentro da competência territorial do município de Cuiabá", relatou.

Os vereadores apontam que essas instituições estariam recolhendo tributos muito abaixo das potencialidades geradoras das atividades que exercem em Cuiabá.



Após decisão contrária, Chico 2000 anunciou nova investigação explicitando instituições financeiras como alvo

SALÁRIO DOS SERVIDORES

Gallo: leis impedem pagamento de 'RGA atrasada'



Gallo afirma que Estado pretende pagar RGA integral em 2023, mas descarta os reajustes atrasados

Da redação

O secretário-chefe da Casa Civil, Rogério Gallo, disse que o Governo do Estado vai usar apenas o percentual relativo à apuração da inflação deste ano como base para conceder a Revisão Geral Anual (RGA) aos servidores públicos no próximo ano. Ele descartou conceder uma revisão maior, como vem sendo debatido na Assembleia Legislativa.

O reajuste maior é articulado pelos deputados para compensar a perda salarial ocorrida em outros anos, quando não houve pagamento da RGA ou o valor pago foi inferior à inflação. Entidades ligadas ao funcionalismo público apontam que os salários acumulam defasagem de mais de 20%, devido ao

não pagamento da RGA em 2019 e 2020, além dos 4,19% que teriam 'ficado para trás' em 2018.

No entanto, Gallo explicou que existem legislações que impedem o Executivo de conceder esses reajustes.

"2018, tem decisão do Tribunal de Contas, não podemos descumprir. E dos outros anos, nós temos a Lei da Pandemia, que veda. No entanto, o que nós temos que trabalhar é com a inflação de 2022", disse.

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União), também afirmou que irá articular junto ao governo para que seja feito o pagamento da recomposição dos anos que estão atrasados. Em entrevista recente, ele diz que o Estado já resolveu os

problemas fiscais que impediam o pagamento da RGA e hoje tem capacidade para colocar os reajustes em dia.

Na avaliação de Botelho, os próprios servidores estão percebendo que o governo está fazendo o esforço necessário para que a RGA seja paga. Ele cita que uma prova disso é a baixa adesão à paralisação convocada pelo Fórum Sindical no último dia 22 de junho.

"Eu defendo que, caso se tenha espaço, que se pague o RGA e se faça mais alguma recomposição desses dois anos não pagos. Os servidores estão entendendo esse trabalho e confiando na Assembleia e no governo, tanto é que o Fórum Sindical fez uma movimentação dias atrás e teve pouca adesão", disse Botelho.

10 DIAS DE PASSE LIVRE

Pátio lança 1ª autarquia de transporte em Mato Grosso

Da redação

Neste dia considerado histórico para Rondonópolis, as primeiras horas marcaram o início das atividades das operações de rua da 1ª Autarquia do Transporte Coletivo (AMTC) de Mato Grosso, criada pela Prefeitura de Rondonópolis para assumir o serviço de transporte público que vinha sendo realizado sob concessão pela empresa Cidade de Pedra.

Inicialmente, o transporte dos passageiros está sendo realizado por 50 ônibus novos que foram adquiridos pelo município para compor a frota da autarquia, que chega como uma das mais modernas do Estado. Todos veículos contam com sistema de ar-condicionado, com ultrafiltragem e luz ultravioleta que inibem a propagação de vírus e bactérias, wi-fi, aces-

sibilidade, tomadas para carregar celular, câmeras de monitoramento interno e sistema de telemetria.

Todavia, a ideia é de que a frota de ônibus da AMTC tenha 80 veículos, visando garantir maior conforto, comodidade e segurança para os usuários do transporte coletivo municipal.

Durante esse momento de transição, estimado a princípio em cerca de três meses, o presidente da autarquia, Ivanilson de Oliveira Aguiar Júnior, explica que a gestão do serviço ficará por conta da autarquia e a mão de obra utilizada na operação dos ônibus ficará por conta da empresa Cidade de Pedra.

"Vamos aproveitar neste período de transição a mão de obra da Cidade de Pedra, até os trâmites jurídicos e legais da composição da estrutura da autarquia seja toda formata-

da e passe a adotar os mecanismos legais de contratação e funcionamento técnico administrativo gerencial", explicou.

O valor da passagem não terá alteração. Mas, nestes primeiros dez dias de operação, o transporte de passageiros será gratuito. "Os ônibus estão circulando de graça em todas as linhas por cerca de dez dias para que a população conheça os novos ônibus", destaca a secretária de Governo, Ione Rodrigues Santos, durante coletiva com a imprensa na sexta-feira. "A gente, então, convida a população para que venha conhecer este novo modelo de transporte público coletivo em Rondonópolis".

Ela ressaltou que os ônibus irão circular nas linhas que eram operadas pela Cidade de Pedra, que vinha operando com 29 ônibus. Porém, com uma



Rondonópolis terá 10 dias de passe livre para 'comemorar' o lançamento da autarquia municipal

frequência maior, já que terá mais ônibus nas ruas. "Assim, os usuários deverão ficar menos tempo esperando", disse Ione.

Primeiro presidente da Autarquia, o secretário municipal de In-

fraestrutura, Vinicius Amoroso, informou durante a coletiva que a pasta, em parceria com a AMTC, já realizou estudo para a implantação de novas rotas e de faixas exclusivas em diversas vias para

dar mais agilidade na circulação dos ônibus pela cidade e diminuir o tempo de espera dos usuários. As faixas somam cerca de 25 quilômetros de extensão e já foram licitadas", revelou.

PERDA BILIONÁRIA

Secretário aponta que redução de imposto não vai resolver problema dos combustíveis e pode comprometer serviços essenciais, como Segurança Pública

Corte de ICMS pode afetar serviços

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

O secretário-chefe da Casa Civil de Mato Grosso, Rogério Gallo, fez coro à crítica do governador Mauro Mendes (União Brasil) sobre a aprovação da lei complementar 194/2022 pelo Congresso Nacional, na tentativa de reduzir os preços dos combustíveis. Na última segunda-feira (27), o governador disse que o Congresso “está criando um caminho para o caos fiscal”.

Durante entrevista nesta quarta-feira (29), Gallo comparou a

situação com uma rachadura na parede, que o morador tenta consertar com uma cola ou durepoxi. Ou seja, não haveria qualquer efetividade. Como exemplo, Gallo, que era secretário de Fazenda até algumas semanas atrás, lembrou que o ICMS do diesel está congelado desde novembro de 2021 e, mesmo assim, o combustível subiu quase 40% neste período.

“Se você tem uma rachadura na parede da tua casa, não é com super bonder ou com durepoxi que você resolve. Você tem que fazer uma intervenção estrutural. Então, medida paliativa como essa não vai resolver o problema dos preços dos combustíveis”, disse.

O secretário ainda repercutiu a preocupação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que demonstrou temor quanto aos impactos que

a redução do ICMS pode ter no custeio de serviços essenciais à população. Isso porque o ICMS é a mais importante fonte de arrecadação dos governos estaduais, que investe esses recursos em saúde, educação, segurança pública e outras áreas, além de encaminhar uma parte aos Municípios.

O temor é que o corte na arrecadação possa vir a comprometer a funcionalidade dessas atribuições, em especial da Segurança.

“Ontem houve uma carta do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, preocupado com financiamento da Segurança Pública no país. Quem faz Segurança Pública nas ruas de todas as cidades brasileiras são os Estados. Se faltar dinheiro, também pode colapsar, de algum modo, esse serviço de Segurança Pú-

blica prestado pelos Estados”, disse.

PERDA BILIONÁRIA - Durante a discussão do projeto, o presidente do Comitê Nacional de Secretários de Estados da Fazenda (Comsefaz), Décio Padilha, afirmou que os Estados podem perder até R\$ 100 bilhões de arrecadação com a limitação no ICMS sobre os combustíveis. Isso resultaria em perda de R\$ 25 bilhões para as prefeituras.

Em Mato Grosso, o impacto seria menor, pois o Estado já reduziu, em dezembro de 2021, as alíquotas de ICMS sobre o diesel, energia elétrica e telecomunicações para 17% ou menos. A única redução obrigatória ocorreria no ICMS da gasolina, que está em 23%. Cálculos do governo apontam que isso resultaria em uma perda de R\$ 1 bilhão até o final deste ano.



Secretário lembra que ICMS está congelado desde novembro e, mesmo assim, preço do diesel subiu 40% no período

SEM CACHÊ NACIONAL

Governo quer recursos apenas para artistas locais

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) anunciou que deve encaminhar à Assembleia Legislativa um projeto de lei que restringe os recursos de fomento da Secretaria de Estado de Cultura a artistas mato-grossenses. A ideia é impedir que os recursos do Estado sejam destinados ao pagamento de artistas nacionais.

A informação surge como uma resposta às polêmicas relacionadas à utilização de verbas públicas para custear shows nacionais e de uma emenda parlamentar, no valor de R\$ 450 mil, para realização de um reality show para influenciadores digitais em Várzea Grande.

Em entrevista à imprensa, Mauro lembrou que as emendas dos parlamentares são impositivas e que o governo deve acolher as solicitações dos deputados. Entretanto, o governa-

dor vislumbra a possibilidade de estabelecer regras para limitar a escolha dos deputados na hora de direcionar os recursos.

“Ela [Secretaria de Estado de Cultura] libera baseado em uma indicação que é impositiva. Agora, podemos discutir, através de um caso concreto. Eu já estou até preparando e vou mandar para Assembleia essa semana, um projeto de lei para normatizar um pouco essa história aí, até para acabar um pouco essas confusões, que tem dado muito polêmica. Eu acho que é bom fazer um freio de arrumação nesse negócio”, anunciou.

Conforme o governador, a intenção é que os recursos do Estado sejam limitados apenas para ações que fomentem a cultura regional e valorizem os artistas locais.

“Eu acho que o apoio a Cultura precisa ter, o

apoio a projetos culturais é importante. Agora, eu tenho que apoiar os cidadãos mato-grossenses, o artista mato-grossense. Eu vou mandar uma lei para Assembleia [...] que vai limitar esses recursos da cultura aos artistas mato-grossenses. Se alguém quer fazer um show nacional ok, pode fazer, ninguém vai ficar proibido de fazer. Agora, o dinheiro público mato-grossense é para apoiar os artistas e a cultura mato-grossense”, destacou.

DEBATE NA ASSEMBLEIA - Já tramita no Legislativo estadual uma proposta semelhante, que obriga a contratação de artistas locais nos shows, festejos e eventos culturais financiados por recursos públicos. Uma emenda foi apresentada à proposição, estipulando que 30% das verbas públicas do governo devem ser destinadas a artistas locais.

SALÁRIO DO SERVIDOR

Botelho quer RGA integral em 2023 e articula atrasos

Gabriel Soares

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União), afirmou que irá trabalhar para incluir a previsão de pagamento integral da Revisão Geral Anual (RGA) na Lei Orçamentária de 2023. Ela sustenta que o próprio governador Mauro Mendes (União) tem interesse em pagar os valores integrais da RGA.

Conforme Botelho, o assunto se tornou uma das prioridades do governo, já que o Estado não se encontra mais limitado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos gastos com pessoal. A ideia, explica Botelho, é incluir um dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que está em debate na Assembleia, para que o orçamento de 2023 já seja calculado com uma reserva para o pagamento da RGA.

“Defendemos que seja pago e o gover-

no também. O Mauro Mendes tem dito pra mim que quer ver essa recomposição integral, agora que temos condições. É um compromisso dele com os deputados. Este é o encaminhamento. Vamos debater isso na LDO, que não coloca índices e valores, mas aponta as diretrizes. Na LOA, aí sim, colocamos os valores”, afirmou.

Em entrevista à Rádio Conti, o deputado também afirmou que irá articular junto ao governo para que seja feito o pagamento da recomposição referente aos anos de 2018, 2019 e 2020. Segundo ele, o governo já resolveu os problemas fiscais que impediam o pagamento da RGA e hoje tem capacidade para colocar os reajustes em dia.

Na avaliação de Botelho, os próprios servidores estão percebendo que o governo está fazendo o esforço necessário para que seja a

RGA seja paga. Ele cita que uma prova disso é a baixa adesão à paralisação convocada pelo Fórum Sindical na última quarta-feira, 22 de junho.

“Eu defendo que, caso se tenha espaço, que se pague o RGA e se faça mais alguma recomposição desses dois anos não pagos. Os servidores estão entendendo esse trabalho e confiando na Assembleia e no governo, tanto é que o Fórum Sindical fez uma movimentação dias atrás e teve pouca adesão”, disse.

Neste ano, o governo antecipou o pagamento da RGA para janeiro, o que deve se repetir em 2023. O valor ainda não está definido, pois depende da apuração da inflação oficial no país. Economistas projetam que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar o ano em 8,89%.

EM BUSCA DE UM GRUPO

Neri Geller avalia formar aliança com a esquerda

Gilberto Leite

Da redação

Pré-candidato ao Senado, o deputado federal Neri Geller (PP) comentou que tem ampliado as discussões com lideranças do Partido dos Trabalhadores (PT) para um possível apoio ao seu projeto político para as eleições deste ano.

Com a aproximação do governador Mauro Mendes (União) ao senador Wellington Fagundes (PL), que deve ir à reeleição, Neri tem buscado outros grupos que possam dar sustentação à sua provável candidatura.

Ele disse que esteve reunido com a presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann, e tratou so-

bre o assunto. O deputado destacou que não vai dispensar apoio de ninguém. Geller tem histórico com a sigla de esquerda. Durante a gestão da ex-presidente Dilma Rousseff, ele atuou como ministro da Agricultura.

“Eu quero fazer um arco de alianças com o apoio do máximo de partidos para ir à eleição para ganhar. [...] Ainda é tudo conjuntura, não tem nada 100% definido, mas existe sim um diálogo. Eu não vou dispensar apoio de absolutamente ninguém”, disse.

A possibilidade de uma chapa com Mauro e Fagundes deixa Neri fora do grupo bolsonarista no estado. Antes da aproximação entre

os dois, Geller buscava a neutralidade do presidente Jair Bolsonaro (PL), já que o PP é da base de sustentação do presidente. O pré-candidato falou que teve autorização do presidente nacional do PP, Ciro Nogueira, para que pudesse iniciar as tratativas com a esquerda em Mato Grosso.

“Como eu estou na majoritária, eu tenho conversado, sim, com o meu partido. Eu tenho autorização do Ciro para que a gente faça uma composição para ganhar a eleição. Então, estou bem tranquilo com relação a isso”, comentou.

Além do PT, Geller deve buscar a simpatia de outras legendas da federação Brasil da Es-

perança, como PV e PCdoB, para garantir apoio da esquerda no estado.

Neri reafirmou que sua possível candidatura ao Senado independente do apoio do governador. Ele destaca que ajudou o Estado, principalmente no início da atual gestão, mas que seu projeto será levado a frente com ou sem Mauro no seu palanque.

“Eu ajudei o governo. Agora, a partir do momento em que inclina para um lado, eu vou defender. Eu sempre falei, não só eu como o Blairo Maggi, o Carlos Fávaro, que independentemente da posição do governador, eu tenho uma candidatura posta e vou caminhar para consolidar essa eleição”, concluiu.



Geller diz que não vai dispensar nenhum apoio e tem articulado junto à presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann

SEGURANÇA PÚBLICA

Cidade é a 2ª com maior ocorrência de casos de violência doméstica e a terceira em índice de estupro

Cuiabá é uma das capitais mais perigosas para as mulheres

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

Cuiabá é uma das capitais mais perigosas do Brasil para quem é mulher. Segundo dados do Anuário Estatístico da Segurança Pública 2022, a capital de Mato Grosso é a segunda com maior percentual de casos de violência doméstica, com 461,3 casos a cada grupo de 100 mil habitantes. Além disso, Cuiabá aparece em terceiro lugar entre as capitais com maior incidência de casos de estupro.

Divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os dados mostram que Porto Velho, em Rondônia, é a capital com maior percentual de casos de violência doméstica. A taxa de casos lá é

de 464,3 para cada 100 mil habitantes. No país, a taxa média é de 172,3. Quando observamos que Cuiabá aparece em segundo, percebemos que as chances de ser vítima de violência doméstica são três vezes maiores aqui do que na média nacional.

Quanto ao crime de feminicídio, em 2021, Cuiabá tem a 4ª maior taxa do país, ficando ao lado de Brasília (DF), com 1,6 casos a cada 100 mil habitantes. Houve uma queda de 17,4% em relação a 2020, quando a taxa era de 1,9 casos a cada grupo de 100 mil habitantes.

Feminicídio é o assassinato de uma mulher cometido devido ao fato de ela ser mulher ou em decorrência da violência doméstica. Foi inserido no Código Penal como uma qualificação do crime de homicídio em 2015 e é considerado crime hediondo.

Igualmente hediondo é o crime de estupro. Neste quesito, Cuiabá aparece em terceiro lugar, atrás de Campo Grande (MS) e Macapá (AP). Na capital mato-



Cuiabá está ao lado de Brasília com a 4ª maior taxa do país nos crimes de feminicídio

-grossense, a taxa de estupro é de 54,8 casos a cada 100 mil habitantes, quase o dobro da média nacional, que é de 25,8 a cada 100 mil.

ONDE BUSCAR AJUDA - Além do conhecido disque 180, que é nacional e específico para atendimento às vítimas femininas, há

também os telefones de emergência de abrangência estadual, como o 181, 190 e 197.

Em Mato Grosso, o aplicativo 'SOS Mulher MT' conta com um 'botão do pânico' criado para ajudar vítimas de violência doméstica. O recurso permite que as vítimas registrem

denúncias em 30 segundos no Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp).

Pelo aplicativo, a vítima faz um pedido de socorro quando o agressor descumprir a medida protetiva. Depois de acionar o botão, o Ciosp envia a viatura

mais próxima em socorro à vítima.

COMBATE - Neste mês, o governador Mauro Mendes (União) sancionou a lei do Dia de Combate à Violência contra a Mulher e ao Feminicídio. Ficou instituído o dia 25 de novembro, mesma data escolhida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher.

Após a aprovação da lei, os órgãos públicos estaduais deverão intensificar ações e políticas de combate à violência contra a mulher como: Difusão de informações sobre o combate à violência contra a mulher; Apresentação de práticas de conscientização, prevenção e combate ao feminicídio; Mobilização da comunidade para a participação nas ações de prevenção ao feminicídio; Divulgação de iniciativas, ações e campanhas de combate ao feminicídio e violência contra a mulher.

NO CINTURÃO VERDE

2ª edição do Mulheres em Ação realiza 2,5 mil atendimentos

Da redação

A segunda edição do programa "Mulheres em Ação" realizou mais de 2.500 atendimentos durante a ação realizada no último sábado (25), no bairro Cinturão Verde, em Cuiabá. O evento foi idealizado pela primeira-dama de Cuiabá, Márcia Pinheiro, e coordenado pela Secretaria Municipal da Mulher.

Outras secretarias estão integradas com a ação como é o caso da Secretaria de Mobilidade Urbana, Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência, Meio Ambiente, Agricultura, Planejamento, Saúde, Educação, Procuradoria, Procon municipal, Secretaria Municipal de Agricultura, Trabalho e Desenvolvimento

Econômico, Empresa Cuiabana de Zeladoria e Serviços Urbanos e Fazenda.

Durante a ação, realizada na Escola Municipal de Ensino Básico Hébert de Souza, os moradores puderam iniciar o protocolo e atualização do CadÚnico, ainda receberam orientações sobre benefícios sociais, contaram com um amplo espaço de recreação

para as crianças, além da entrega de cobertores. Também foram ofertados serviços de atendimento médicos em diversas especialidades (oftalmologia, ortopedia, mastologia, otorrinolaringologia, gastroenterologia, ginecologia, cirurgia plástica, entre outras).

O público pode contar ainda com serviços de massagem, vacina-

ção de animais, entrega de mudas de espécie nativas, dentre outros. No total, foram disponibilizados mais de 50 serviços. O potencial econômico também é potencializado mediante a oferta de uma feira gastronômica.

Para Márcia Pinheiro, o desenvolvimento do programa "Mulheres em Ação", representa aproximar toda a comunidade

de dos equipamentos e serviços disponibilizados pelo Executivo. "Estamos com este projeto inédito em que levamos para essas famílias mais de 20 profissionais da área médica, são distintas especialidades. Vamos continuar expandido os serviços porque sabemos a importância dessa relação com todos principalmente com nossas mulheres".

EDUCAÇÃO EM PAUTA

Mais de 100 ônibus escolares são entregues a 84 municípios

Da redação

Com a entrega de 104 novos ônibus para o transporte escolar rural em 84 municípios, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT), cumpriu a meta estabelecida para o primeiro semestre, entregando 223 veículos de um total de 600 unidades, que atenderão os 141 municípios de Mato Grosso.

Em 2022 o Programa de Renovação da Frota investiu R\$ 218 milhões, entre recursos do tesouro estadual, convênios com o Governo Federal e emendas parlamentares. Antes disso, em 2021, o Estado investiu na aquisição de outros 19 ônibus escolares.

"O transporte escolar é garantia de acesso à educação. Não é apenas um direito do cidadão, mas uma questão de cidadania", disse o governador Mauro Mendes (União Brasil) durante a entrega dos veículos, na última

segunda-feira (27), no Palácio Paiaguás (Salão Nobre Cloves Vettorato).

Ao lado de prefeitos, parlamentares estaduais e federais, além de secretários de Estado, Mendes enalteceu o esforço da gestão e dos parceiros, para que essa iniciativa desse resultado. Segundo ele, desde o início de sua gestão, em 2019, as bancadas em Mato Grosso e em Brasília foram procuradas para que dessem suporte à Educação.

O secretário de Estado de Educação, Alan Porto, esclareceu que o índice de evasão escolar na área rural diminuiu muito em relação aos anos anteriores. "Tudo isso se deve, sem sombra de dúvidas, às condições que hoje a Seduc oferece. Seja em material didático, uniformes, kit escolar, adoção de tecnologias digitais, acessibilidade em sala de aula e, principalmente, pelo transporte escolar de qualidade".

Jossimar José Fernandes, o Zema, prefeito de

Nortelândia, representou seus pares na cerimônia. Ele observou que a Constituição Federal determina que toda criança tenha direito à educação. "No entanto", disse, "para que este direito seja considerado e para que a criança consiga ter educação de qualidade, depende de vários fatores, sendo que o transporte escolar é um dos mais importantes".

O discurso traçado, tendo base o futuro da educação, também foi abordado pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho (União Brasil), pela deputada federal Rosa Neide (PT) e pelo senador Wellington Fagundes (PL), que representaram os demais parlamentares presentes. "Sabemos que o transporte escolar está no conjunto de direitos que fazem a cidadania, mas é com ações como esta do Governo do Estado, que tudo se concretiza", definiu Fagundes.

CUIABÁ DE PRATO CHEIO

Projeto garante a distribuição de 26 mil refeições por mês

Da redação

A primeira-dama de Cuiabá, Márcia Pinheiro, por meio do seu Núcleo de Apoio, em conjunto com a Prefeitura de Cuiabá (Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência) lançou o programa "Cuiabá de Prato Cheio". Por meio dessa iniciativa, Cuiabá passa de 1,2 mil para 26 mil refeições distribuídas por mês para os cuiabanos.

O principal conceito do projeto, idealizado pela primeira-dama, descentralizou a política de segurança alimentar, ao levar para 14 bairros a alimentação social para população vulnerável inserida no Cadastro Único do município.

"A grande diferença será a descentralização. Não vai ser somente um restaurante popular oferecendo alimentação social no Centro de Cuiabá. Serão 20 restaurantes oferecendo refeições para mais de 15 mil

famílias que vivem em vulnerabilidade social, segundo estimativa da Prefeitura", disse a primeira-dama.

Os restaurantes locais dos respectivos bairros e regiões apontados no escopo do projeto podem se habilitar para serem parceiros por meio do Chamamento Público.

A proposta da Prefeitura vai subsidiar quase 80% do valor das refeições e a contrapartida das pessoas em vulnerabilidade social será de simbólicos R\$2,00.

"Para o consumo local a Prefeitura pagará R\$13 e para viagem

R\$10 e o beneficiário arcará com o valor social de R\$2,00. Todas essas pessoas são beneficiadas pela Prefeitura e grande parte recebe auxílio financeiro do Governo Federal, o que torna o projeto financeiramente sustentável, mesmo para população carente da Capital", explicou Márcia.

O projeto piloto também possui viés econômico, uma vez que fomenta o comércio local e impulsiona a economia dos bairros, gerando renda extra, emprego e valorização dos micro empreendimentos.

PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

PUBLICAR
PUBLICIDADE LEGAL

AMARGOU NO BOLSO

Valor do aumento ainda não foi confirmado, mas já era aguardado devido ao aumento de até 23% nos custos de produção da bebida

Preço da cerveja tende a subir

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

Os consumidores mato-grossenses deverão sentir um aumento no preço da cerveja, conforme informações de representantes de supermercados e de bares e restaurantes. O tamanho desse aumento ainda não foi confirmado, mas informações preliminares já dão uma dimensão do que vem pela frente. Segundo a Cervejaria Brasil, associação que representa algumas cervejarias nacionais, os custos de produção tiveram alta de 23%, em média, enquanto a receita das cervejarias cresceu apenas 11%.

Lorenna Bezerra, presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Seccional de Mato Grosso (Abrasel/MT), lembra que o aumento já havia sido anunciado no início do ano. Portanto, bares e restaurantes já esperavam a elevação dos preços das bebidas.

“Tudo aumentou. As cervejarias estão repassando para os comércios e o comércio vai repassar para o consumidor. É um ajuste normal. Isso não vai onerar e fazer com que as pessoas deixem de consumir. É um reajuste corriqueiro”, afirma Lorenna.

A empresária aponta que as empresas não estão conseguindo repassar os aumentos nos preços dos insumos na mesma velocidade em que eles acontecem.

Em razão dessa dificuldade em repassar os aumentos dos insumos, Lorenna afirma que a alimentação fora do lar continua sendo uma opção mais barata, pois os res-



Gilberto Leite

Cervejarias registraram aumento de 23% nos custos de produção, enquanto as receitas cresceram apenas 11%

taurantes compram em volume e possuem processos mais otimizados, aproveitando 100% das matérias-primas, o que é mais difícil de ocorrer dentro das residências.

Apesar do custo operacional alto, Lorenna acredita que, se continuar da forma como está, o setor vai conseguir recuperar os prejuízos causados pela pan-

demia em dois anos, para só então recomençar a crescer. O maior desafio, segundo ela, é arcar com as altas taxas de juros do Programa Nacional de Apoio

às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que cresceram à medida em que o Banco Central aumentou seus esforços para combater a inflação de dois dígitos.

“A gente pegou o Pronampe numa taxa Selic de 2% e hoje ela está em 13%. O restaurante que tinha uma parcela de 2 mil, hoje ela está R\$ 2,9 mil a R\$ 3 mil. Ele é indexado na taxa Selic. Conforme está a taxa Selic do mês, é gerado o valor da parcela. Então, a parcela é variável”, esclarece.

Lorenna ainda sugere a desindexação dos empréstimos à taxa Selic, para garantir mais estabilidade no fluxo de caixa.

“Os caixas ainda não estão positivos, mas um dia de cada vez. Com a ajuda do governo, principalmente na parte de impostos, a gente vai conseguir superar daqui mais ou menos uns dois anos, é a nossa previsão”, conclui.

OTIMISMO

“Brasil crescerá 3% a 4% nos próximos anos”

Pedro Peduzzi/ABR

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse na terça-feira (28) que, em meio a um cenário global marcado por desaceleração e recessão, o Brasil vai pelo caminho oposto, com crescimento próximo de 2% em 2022, e de 3% a 4% nos anos seguintes. A afirmação foi feita durante a abertura do Painel Telesummit 2022, em Brasília.

Segundo o ministro, estão sendo planejadas medidas visando a reduções significativas de tributos que incidem nos setores industriais,

o que deverá compensar a perda de poder aquisitivo dos cidadãos, além de favorecer um novo ciclo de investimentos no país.

No discurso, Guedes descreveu cenários extremamente pessimistas para o exterior e muito otimistas no âmbito interno. “A inflação começou a subir nos Estados Unidos e vamos ter de conviver com isso. Os Estados Unidos passaram por um longo ciclo de crescimento que chegou ao fim, enquanto nós, no Brasil, estamos saindo do centro de reabilitação, iniciando um ciclo de crescimento anual de

3% a 4%, que será por vários anos, se continuarmos nesse ritmo”, disse.

“Agora, não se assustem com os problemas lá de fora. Teremos alta de inflação nos Estados Unidos e teremos recessão. O barulho será ensurdecedor. Mas não para a economia brasileira, que é uma das mais fechadas do mundo. Faremos agora a reindustrialização do Brasil”, acrescentou.

O Brasil, acrescentou o ministro, reagiu “fulminantemente” à crise. “Vamos crescer 1,7%, devendo quase chegar a 2% [em 2022]”. “Diziam que o mundo ia

crescer 5% e reviram. Já estão falando que vai haver recessão. Eles estão só começando a enfrentar os problemas. Nós já conseguimos atravessar a onda e vamos crescer, com desemprego e inflação caindo”, completou.

TRANSPORTE E TRIBUTAÇÃO - Guedes lembrou que o Brasil tem grande quantidade de minério, que é exportado para a China, e que o país importa aço 40% mais barato do que o produzido em território nacional. Segundo eu ministro, o alto custo para a produção nacional deriva, entre outros fatores, do alto cus-

to para o transporte de cabotagem, “com seis empresas explorando 200 milhões de pessoas”, e da alta tributação do setor industrial.

“A solução para isso é abrir o mercado. Nossa ideia é, também, acabar com o IPI [Imposto sobre Produtos Industrializados], porque o IPI desindustrializou o Brasil”, acrescentou, ao lembrar que o governo brasileiro já reduziu em 35% esse tributo. “Queremos baixar [a alíquota] para zero”, acrescentou.

Como estava em um evento de empresários das telecomunicações, Guedes usou exemplos

do setor para mostrar os efeitos dessa alta carga tributária para investimentos e para o desenvolvimento de tecnologias.

“Hoje, quase 40% dos custos do setor de telecomunicações é de impostos. Isso, em um setor que mostra a importância da tecnologia porque a regra, no Brasil, é tributar o que é fácil, como combustíveis, eletricidade e telecomunicações. Isso destrói o equipamento produtivo do Brasil. Por isso, vamos acabar com os impostos [que incidem] sobre a indústria”, afirmou o ministro.

OTIMISMO

Confiança do comércio atinge maior nível em junho

Da redação

A pesquisa que monitora o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) em Cuiabá atingiu 138,2 pontos em junho, alta de 0,7% sobre o mês anterior. O resultado divulgado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e analisado pelo Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT) mostra tendência de estabilidade no ano e segue em ritmo de crescimento no comparativo com igual período do ano passado, quando somava 124,2 pontos.

Para o presidente da Fecomércio-MT, José Wenceslau de Souza Júnior, os índices seguem demonstrando maior confiança do empresário em Cuiabá e no estado. “O Icec apresentou o melhor resultado no ano e mesmo com as

oscilações, o indicador mostra que os empresários da capital mato-grossenses seguem otimistas em relação ao comércio, o que acaba servindo como indicador para todo o estado”, afirmou.

Conforme análise do IPF-MT, os subíndices que se destacaram na comparação mensal são o Nível de Investimento das Empresas, com uma variação mensal de 4,1% e as Condições Atuais da Economia com 3,6% no mesmo comparativo. Para este último, o comparativo anual traz uma surpreendente variação positiva de 42,6%, saindo de 74,1 pontos para os atuais 105,7 pontos.

Ainda na variação anual, outro subíndice que apresentou destaque foi para as Condições Atuais do Comércio, com alta de 21,6% sobre junho de 2021. Além dele, nenhum outro subíndice

obteve variação negativa no comparativo anual.

Tais condições, ainda segundo o presidente da federação, corroboram para um futuro de maior otimismo do empresário tanto local quanto nacional. “Assim como o índice nacional, o índice da capital cuiabana também segue se demonstrando animador. A alta dos índices nacional e regional para o período pode estar relacionada ao estímulo econômico recebido do saque extraordinário do FGTS e o Auxílio Brasil, que favoreceram a evolução das vendas no comércio, mesmo com a alta nos juros”, concluiu Wenceslau Júnior.

Para índice nacional, o crescimento do volume de vendas tem gerado perspectivas positivas no varejo, apresentando crescimento de 5,1% no mês e 24,4% no ano, alcançando 122,4 pontos, a maior pontuação desde março de 2020 (128,4).

Box de vidro em diversas cores e modelos

PEÇA UM ORÇAMENTO!
(65) 3642-3344
(65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS
www.casadovidros.com.br

TÁ FÁCIL PRA NINGUÉM

Produtor também vê com surpresa os aumentos de mais de 50% nos supermercados, pois o valor pago não faz frente ao aumento nos custos dos insumos

Seca faz preço do leite disparar

Wenderson Araujo/Trilux/CNA

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

Os consumidores têm se surpreendido com o preço do leite nos mercados, que já chega a ser vendido por até R\$ 10 em alguns estabelecimentos. O aumento é refletido na pesquisa mais recente do Instituto de Pesquisa da Fecomércio (IPF-MT), que aponta o leite como um dos vilões da inflação da cesta básica em junho, com alta de 5,3% somente na última semana.

O produtor de leite também vê com surpresa os aumentos chegando nas gôndolas dos supermercados, com mais de 50% de acréscimo. Dolor Vilela Figueiredo Neto, presidente da Associação dos Produtores de Leite de Mato Grosso (Aproleite-MT), aponta que o aumento é reflexo do aumento nos preços dos insumos, além do costumeiro aumento no custo de produção durante o período de seca.

Diante disso, ele garante que, apesar do encarecimento do leite nos mercados, o preço

também não está vantajoso para os produtores rurais. Atualmente, os produtores estão recebendo cerca de R\$ 2,60 por litro de leite vendido à indústria, podendo chegar a R\$ 3 com alguns bônus.

No entanto, os produtores de leite também sofrem com os aumentos no preço do óleo diesel, adubos, milho, farelo de soja, sal mineral e arame. Esses insumos subiram mais rápido do que o preço pago pela indústria, o que levou alguns produtores a abandonar a atividade, reduzindo a oferta de leite. E quanto a oferta cai, os preços tendem a subir.

“Esses insumos aumentaram além do que se imagina e o preço do leite não acompanhou. Isso é visível, perceptível. Isso está estimulando muita gente a sair da atividade, muita gente não está dando conta de se manter”, explica Dolor, em entrevista ao Estadão Mato Grosso, acrescentando que a tendência é de queda ainda maior na oferta do produto, em razão da dificuldade no campo.

O problema não é novo. Há pelo menos dois anos os produtores vêm reclamando do preço pago pelo litro de leite, especialmente durante o período da seca, quando o custo de produção aumenta, pois a pastagem fica escassa e



Tanto consumidores quanto produtores reclamam do preço do leite, ambos castigados pela alta nos insumos

é preciso complementar com ração e silagem. Em ambos os casos, o preço da alimentação animal subiu devido à valorização da soja e do milho, junto ao fortalecimento do real.

“No período de seca não tem a pastagem e quando você parte para capineira, parte para uma silagem, para uma ração, todos os custos para se produzir, para alimentar as vacas, estão mais caros que o preço do leite”, explica Luciano Rodrigues, produtor e presidente da Associação

dos Produtores de Leite da Região Oeste (APLO).

Luciano avalia que a maior dificuldade do produtor é a oscilação de preços, que baixa no período de chuva e no período de seca tem uma valorização. Com esses movimentos abruptos, os produtores não conseguem se planejar.

Por isso, o produtor defende que os preços atuais sejam mantidos por mais tempo, inclusive no período de chuvas, para que os pecuaristas possam ter segurança e investir em suas pro-

priedades. “Se esse preço manter estável, por um a três anos, o produtor aguenta investir na propriedade”, sintetiza.

Kassio Catena, delegado da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) e presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios (Sincovaga-MT), afirma que o custo do diesel tem influenciado diretamente nos preços que vão às gôndolas. Os donos de supermercados estão repassando as variações no preço do combustível

para os produtos vendidos, tanto para cima como para baixo.

Catena cita como exemplo o preço do óleo de soja, que chegou a custar R\$ 12, mas que no momento está abaixo de R\$ 10.

“A única coisa que a gente faz é comprar e vender o leite. Se ele chega mais caro, a gente tem de repassar para o consumidor. Nós temos uma margem de trabalho, de acordo com cada estabelecimento, uns maiores, outros menores”, afirma.

MEDIDOR DE PRESSÃO DIGITAL PULSO INCOTERM MPO60

Cód. 7899828200210

DE R\$ 153,62 POR APENAS

R\$ 99,99

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

OFERTAS VÁLIDAS DE 01/07/2022 ATÉ 31/07/2022 OU ENQUANTO DURAR O ESTOQUE. PAGAMENTO EM ATÉ 6 VEZES NOS CARTÕES DE CRÉDITO VISA, MASTERCARD E ELO COM PARCELA MÍNIMA DE R\$ 10,00. ATENDIMENTO EXCLUSIVO PARA CLIENTES UNIMED CUIABÁ. CONFIRA MAIS OPÇÕES DE PAGAMENTO NAS LOJAS. FOTOS MERAMENTE ILUSTRATIVAS.

OFERTAS

FRESQUIZINHAS



HYALU B5 REPAIR CREME ANTI-IDADE 40ML

Cód. 7899706167161

DE R\$ 274,88 POR APENAS

R\$ 159,99

POLIVITAMÍNICO KIDS MULTI 150 ML

Cód. 7896023743085

DE R\$ 34,99 POR APENAS

R\$ 22,90

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá